

## Grandes projetos de investimento como estratégia de desenvolvimento no Leste Metropolitano do RJ<sup>1</sup>

### RESUMO

A construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ no município de Itaboraí, foi empreendida como estratégia de diversificação produtiva, melhorias urbanas no Leste Metropolitano e recuperação econômica do estado, mas sucumbiu às crises político-econômicas que sucederam. Partindo desse pressuposto, o artigo analisa os efeitos territoriais da não consolidação desse empreendimento e seus reflexos no desempenho econômico do município de Itaboraí, território mais afetado pelo seu declínio. Do ponto de vista metodológico, foram utilizados dados secundários do Tribunal de Contas do RJ no período de 2015 a 2020, além de dados primários obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com a gestão pública municipal. Os resultados evidenciaram um quadro de estagnação econômica, com deterioração nos indicadores financeiros, revelando os riscos de investir em grandes empreendimentos como mecanismo de promoção do desenvolvimento social. Além disso, evidencia a necessidade de pensar as suas estruturas atuais e os desafios impostos pela lógica do sistema de acumulação capitalista perante os seus reflexos nesses espaços.

**PALAVRAS-CHAVE:** GPI's. COMPERJ. Leste Metropolitano. Desenvolvimento.

**Michelle do Carmo Vieira**

[michellemcv@ufrj.br](mailto:michellemcv@ufrj.br)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

**Marcio Silva Borges**

[marcioborges@ufrj.br](mailto:marcioborges@ufrj.br)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

No início do século XXI, o estado do Rio de Janeiro assumiu maior relevância devido à crescente presença de grandes corporações de capital nacional e internacional, destacando-se pela implantação de GPI's voltados para a exploração e beneficiamento de recursos naturais e de logística (MARTINS, 2017). O boom das commodities contribuiu substancialmente para a consolidação de sua posição na cadeia produtiva nacional de petróleo e gás natural, na qual o rentismo se estabeleceu "como marca maior de uma certa ideia de desenvolvimento regional assentada muito mais nos ganhos compensatórios que na ampliação da estrutura produtiva regional e adensamento de uma rede urbana mais vigorosa" (SILVA, 2017, p. 39).

O estado do Rio de Janeiro detém grandes reservas de petróleo e gás natural que, associadas à indústria extrativa, conformam a base de uma especialização produtiva importante para a economia regional, ainda que via de regra não tenha promovido um desenvolvimento que pudesse reverter as tendências de baixo crescimento e vulnerabilidade externa observadas nos últimos anos. Em meio aos GPI's estabelecidos, houve o fortalecimento do debate sobre as potencialidades da indústria petroquímica no desenvolvimento territorial das regiões produtoras, bem como da atuação do estado em direcionar suas políticas com base na atração de investimentos privados para esses locais. Paralelamente, "as rendas rapidamente converteram-se em sinônimo de crescimento e riqueza regional, tendo por base o montante financeiro e não o que efetivamente se materializava em termos de capacidade e diversificação produtiva e bem-estar social" (SILVA, 2017, p. 41).

É nesse contexto que o artigo traz o enfoque para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, considerado o maior projeto de investimento da Petrobras, implantado no município de Itaboraí, situado no Leste Metropolitano do estado. O investimento inicial previsto para sua construção girava em torno de R\$ 15 bilhões e o principal objetivo seria processar petróleo extraído de campos petrolíferos offshore na Bacia de Campos. A expectativa era que o complexo tivesse capacidade de refino de 165 mil barris por dia.

O desenvolvimento do COMPERJ enfrentou inúmeros desafios desde a sua implantação. As dificuldades financeiras, os escândalos de corrupção e as mudanças nas condições de mercado atrasaram significativamente o progresso do empreendimento, até que fosse totalmente abandonado em 2015, impactando a economia do município de Itaboraí e áreas limítrofes. Muitas empresas contratadas para atuar no COMPERJ demitiram funcionários e reduziram suas operações na época. Ademais, muitos investidores foram afetados e o mercado imobiliário do município ruiu. Houve aumento do desemprego, impactando fortemente a economia e o comércio local. Em meio a essas mudanças, a Petrobras decidiu transformar parte das instalações do COMPERJ em um polo dedicado ao processamento de gás natural, o Polo Gaslub, reduzindo o escopo inicial do projeto. Previsto para iniciar suas operações em 2024 após uma série de atrasos, esse polo tem o objetivo de processar e escoar o gás produzido no pré-sal, sendo uma parte crucial para a estratégia de desenvolvimento e produção de petróleo e gás proveniente da Bacia de Santos.

Partindo da problemática evidenciada, o artigo apresenta o cenário econômico e social em que se insere o Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, em

especial, o município de Itaboraí, a partir dos efeitos produzidos pela dinâmica industrial e as implicações resultantes das transformações de espaços produtivos a partir do COMPERJ. O contexto apresentado, suscita a seguinte questão: de que forma a decadência do COMPERJ afetou o desempenho econômico-financeiro do município de Itaboraí? Pressupõe-se que permanece nesse território um quadro de estagnação econômica e vulnerabilidade. Destarte, o objetivo desse artigo é estabelecer uma análise do desempenho econômico-financeiro do município de Itaboraí, com base em informações das prestações de contas de governo municipal encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ, no período de 2015 a 2020.

O artigo foi estruturado em 5 seções, além dessa introdução. A primeira seção trata dos pressupostos metodológicos adotados na pesquisa. A segunda, apresenta uma revisão teórica acerca dos Grandes Projetos de Investimento (GPI's) e o desenvolvimento territorial. A terceira aborda a busca pelo desenvolvimento e integração regional, a partir do COMPERJ, trazendo aspectos do município de Itaboraí, no Leste Metropolitano do estado. A quarta apresenta os resultados e a discussão e, por fim, a última seção tece as conclusões. Ao estabelecer um panorama de análise socioeconômica de Itaboraí, o estudo pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas para atenuar as vulnerabilidades evidenciadas.

## 2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido em 3 etapas. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do impacto de GPI's no desenvolvimento territorial, associando a problemática do COMPERJ aos rebatimentos promovidos no Leste Metropolitano, com foco no município de Itaboraí. Em seguida, foram utilizados dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), enquanto órgão de controle externo da Administração Pública responsável por acompanhar a execução orçamentária e financeira (TCE/RJ, 2023). Através das variáveis emprego, receita tributária, equilíbrio orçamentário, carga tributária per capita, investimento per capita, grau de investimento, esforço tributário próprio e dependência de transferências de recursos, foi traçado um perfil do desempenho financeiro municipal, para avaliar o impacto nas contas públicas e na capacidade de retorno dos investimentos.

O período de análise de dados foi de 2015 a 2020, considerando a interrupção do COMPERJ até onde os dados se encontravam disponíveis, conforme o TCE/RJ (2021). Por fim, a análise foi corroborada por entrevistas semiestruturadas realizadas com as Secretarias de Planejamento, de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social. Buscou-se entender o impacto da decadência do COMPERJ no município e aprofundar o debate teórico e confrontar os dados secundários com as informações obtidas através da análise empírica realizada. Utilizou-se a abordagem quali-quantitativa que, segundo MINAYO (2009), "possibilita descrever os fenômenos observados pelo pesquisador assim como fundamentar essas visões por meio de evidências". A convergência entre essas abordagens, confere credibilidade aos resultados, podendo validar as observações, ao mesmo tempo em que fundamentará as informações adquiridas (FLICK, 2004).

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 Grandes projetos de investimento (GPI's) e desenvolvimento territorial

A noção de Grandes Projetos de Investimento tem sido frequentemente utilizada para “designar obras de infraestrutura que movimentam grandes quantidades de capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 29; ACSELRAD, 2019, p. 389). Em geral, esses projetos configuram empreendimentos de grande porte que se caracterizam pela concentração, centralização e intensividade espaço-temporal de investimentos (VAINER, 2010). Elementos que se apresentam quase sempre centrados na exploração de recursos naturais, vinculados especialmente aos setores de logística, de transportes e de energia, com destaque recente para a cadeia de produção de petróleo e gás natural (MALHEIROS; CRUZ, 2023).

Os GPI's fazem parte de um processo de reorganização espacial à medida que estabelecem uma lógica de acumulação de capital, expressa a partir da incorporação de novos espaços onde se articulam sistemas de objetos e de ações para a consolidação de uma base produtiva e logística capaz de imprimir velocidade e fluidez, atributos fundamentais na reprodução do capital (SANTOS, 1996). Trazem consigo um discurso modernizador e a premissa de alavancar o crescimento econômico a fim de proporcionar melhorias sociais, mas, em nome do progresso e do desenvolvimento, afetam intensamente as populações e os territórios onde são implantados.

Associados aos investimentos privados e com forte apoio estatal, os GPI's instauram novas dinâmicas socioeconômicas, e interesses hegemônicos que interferem na organização do território. No âmbito desses interesses “é que são concebidas as categorias de análise e legitimação que embasam e buscam justificar as transformações socioecológicas operadas pelas técnicas de construção e instalação de infraestruturas” (ACSELRAD, 2019, p. 390). Para atender seu propósito, são utilizados meios de legitimação para a aceitação ou imposição desses projetos, que envolvem quase sempre “discursos sobre desenvolvimento, geração de empregos, programas sociais e compensações ambientais, até a utilização de dispositivos jurídicos para desapropriações, decretos de utilidade pública, etc.” (ALENTEJANO; TAVARES, 2019).

Cabe lembrar a natureza dos processos decisórios em que são concebidos, pois geralmente “se fazem nos corredores e gabinetes, à margem de qualquer exercício de planejamento compreensivo e distante de qualquer debate público” (Vainer, 1990, p. 183). Isso porque a lógica por trás dos grandes projetos não se dá a partir de forças endógenas, mas é estruturada “através de grupos de interesses e lobbies, coalizões políticas que expressam, quase sem mediações, articulações econômico-financeiras e políticas” (VAINER, 2007, p. 12).

A lógica de produção de capitalista via GPI's torna evidente a ausência das intervenções de planejamento urbano e desenvolvimento territorial, sem as quais um modelo de integração regional que atenua as disparidades existentes se torna inviável. Dada a natureza dos arranjos de interesses multiescalares, os investimentos são comandados “de” e “para fora”, limitando ou inviabilizando a regionalização e a territorialização dos benefícios esperados. São investimentos detentores de um caráter mercantil e rentista, pelo qual otimizam os projetos, de

modo que “nenhum interesse público, social, coletivo, possa comprometer as expectativas das taxas de lucro prometidas pelos investimentos” (CRUZ; TERRA, 2020, p. 196).

Não se trata de afirmar a ausência de efeitos dinamizadores nos territórios onde os GPI's são implantados. Porém, o que se constatou historicamente “é que os impactos positivos tendem a ser captados pelos mesmos centros que controlam o processo de desenvolvimento em seu conjunto” (VAINER, 1990, p. 184). Evidentemente que o papel do Estado sofreu mudanças com o passar do tempo, quando comparado à sua atuação no planejamento dos GPI's implementados na década de 1970, os quais buscavam conformar um espaço nacional integrado, apesar de profundamente desigual. “Como anteriormente, a intervenção do Estado continuou ocorrendo por meio da implementação de novas políticas setoriais e investimentos diretos em infraestrutura básica para o desenvolvimento nacional” (BORTOLETO, 2001, p. 54). Porém, os planos de desenvolvimento não contemplaram as necessidades regionais e o planejamento regional empenhou-se na “produção do território para viabilizar o empreendimento, de forma a visibilizar as condições necessárias para o funcionamento do projeto” (MARTINS, 2017, p. 27).

Nos estudos posteriores sobre os impactos territoriais e regionais promovidos pelos GPI's, predominaram as análises que contrapuseram as “experiências concretas às promessas contidas nos planos regionais de desenvolvimento que as inspiravam ou eram balizadas nas teorias do desenvolvimento polarizado<sup>2</sup>” (VAINER, 1990, p. 181). O que prevaleceu nas proposições atuais foi uma “articulação entre grandes corporações e Estado em novas bases, apoiada no planejamento estratégico para difundir a ideia de que é preciso aproveitar as oportunidades abertas pela globalização” (ALENTEJANO; TAVARES, 2019, p. 226).

Inspirados em um modelo neoliberal, os GPI's voltaram à pauta nos últimos anos, tendo como destaque empreendimentos do setor de energia e do setor petroquímico. No entanto, a principal diferença desses projetos para aqueles da década de 1970, parece ser o fato de que grande parte das empresas e de empreendimentos territoriais a eles vinculados, não estão mais sob o controle do Estado, mas sim do interesse privado. Esse cenário é resultado de quadro institucional marcado pela privatização de setores econômicos estratégicos e da gestão territorial inerente a esses projetos, que tem como consequência a tomada de decisões por parte de grandes empresas privadas de forma soberana (VAINER, 2007).

Recentemente o país aprofundou suas especializações, algumas de natureza regressiva, estando cada vez mais orientado por vantagens competitivas estáticas que têm como vetor importante a extração de commodities agropecuárias, energéticas e minerais, “fortemente condicionadas pela dinâmica da conjuntura externa e pelas variações dos preços internacionais” (BRANDÃO, 2020, p. 164). Parte substancial dos projetos estabelecidos no território brasileiro no período

---

<sup>2</sup> A literatura demonstrou que GPI's configurariam polos indutores de crescimento, mas acabaram conformando enclaves e espaços altamente segregados. A industrialização e a polarização das atividades não se reproduz ou não realiza seu suposto ou esperado potencial indutor no seu espaço socioeconômico imediato, na medida em nem sempre produz suficientemente integração e encadeamento de atividades. (LAURELLI, 1987; VAINER, 1990; VAINER, 2007; JESUS; SPINOLA, 2015; CRUZ; TERRA, 2020).

2007-2015 esteve ancorada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que, ao efetuar desonerações tributárias, mobilizou um grande volume de investimentos federais e privados em infraestrutura logística, energética, social e urbana. O conjunto de políticas econômicas planejadas visava agilizar o crescimento da economia brasileira, além de promover sua inserção na economia internacional e, por sua dimensão, estrutura e complexidade, poderia ter “avançado em uma estratégia nacional e latino-americana de desenvolvimento e planejamento territoriais consistente para pensar o país em sua totalidade” (BRANDÃO, 2020, p. 169).

Analisando os condicionantes institucionais para o desempenho dos investimentos em projetos de infraestrutura associados ao PAC, Lotta e Favareto (2016), observaram que grande parte dos problemas institucionais antecede a própria gestão dos investimentos e remetem à capacidade de planejamento do Estado. Em suas premissas, parte significativa dos projetos “é considerada territorialmente cega” à medida em que são formulados como se os municípios e as regiões fossem simples receptáculos de investimentos, desconsiderando a diversidade de atores implicados no processo de planejamento. Por essa razão, acabam não conferindo um tratamento mais afirmativo das forças sociais e dos interesses mais representativos da estrutura social e econômica dos territórios onde os empreendimentos são implantados. Essa situação é agravada em função da “baixa densidade das relações verticais estabelecidas entre os entes federados, na execução das obras compromete a capacidade de desenhar as políticas de forma adequada aos territórios” (LOTTA; FAVARETO, 2016, p. 10).

Conferindo ênfase ao setor petroquímico, GPI's foram orientados para viabilizar a exploração de petróleo e gás do Pré-Sal, como parte da estratégia fundamental de promover a expansão da capacidade de refino e adensamento da cadeia produtiva (BRANDÃO, 2020, p. 166). “Em especial, a Petrobras passou a desempenhar, internamente, um papel central diante da dimensão de seu plano de investimentos e de sua política de compras, valorizando índices não desprezíveis de conteúdo nacional<sup>3</sup>” (SOBRAL, 2015, p. 21).

No âmbito externo, houve uma evolução substancial dos termos de troca, evidenciando um cenário favorável aos preços internacionais das exportações em detrimento das importações nacionais. Isso foi reflexo do desempenho dos mercados mundiais de commodities, desencadeado pela grande demanda chinesa, acrescida da redução das taxas de juros pelos Estados Unidos (SOBRAL, 2015, p. 21). As inversões promovidas, planejadas a partir da referida lógica de ampliação do conteúdo nacional, conferiram aos empreendimentos estabelecidos um caráter de desenvolvimento estruturante. Ao mesmo tempo, desencadearam significativo adensamento populacional, intensa especulação imobiliária, processos de desterritorialização, pressão sobre recursos naturais e serviços públicos nos territórios que receberam as obras, os quais redesenhavam. Todavia, a bonança de investimentos sucumbiu à crise internacional de 2008 e à consequente desaceleração econômica mundial que afetou o país de modo mais intenso a partir de 2014. Parte substancial do problema derivou da queda vertiginosa dos preços internacionais do barril de petróleo, associada à desaceleração no crescimento

<sup>3</sup> A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), iniciada em 2008, que retomou a política industrial, tecnológica e de comércio exterior, levou à ampliação das desonerações tributárias. Frente a isso, as prioridades orçamentárias do Estado foram modificadas, elevando ainda mais o patamar dos financiamentos de bancos públicos, especialmente, do BNDES (SOBRAL, 2015; LOTTA; FAVARETO, 2016).

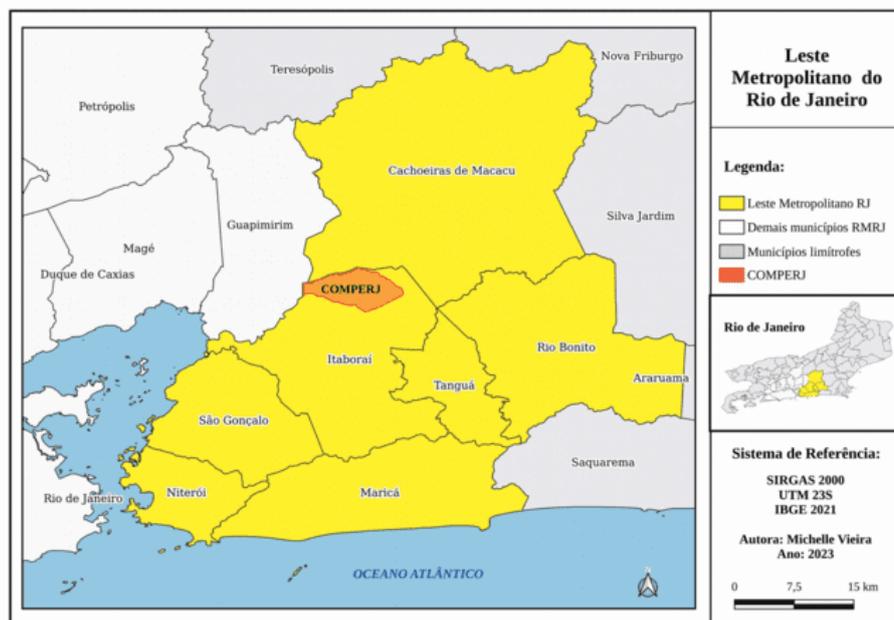
econômico chinês. Elementos que afetaram a sua cadeia de fornecimento e a demanda internacional pelas commodities da pauta de exportações (CRUZ; TERRA, 2020).

### 3.2 A busca pelo desenvolvimento e pela integração regional: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

Do ponto de vista regional, o COMPERJ se apresentou como um GPI imbuído de um discurso desenvolvimentista e sustentável, que exerceria influência direta e indireta, através do efeito de polarização de atividades em Itaboraí e municípios do Leste Metropolitano, e que se projetava como uma possibilidade para a recuperação econômica do estado (figura 1). O Leste Metropolitano é uma porção territorial que abriga mais de 2 milhões de habitantes e seu crescimento demográfico foi de 10,62%, entre 2010 e 2021, sendo superior à média do estado do Rio de Janeiro, que foi de 9,21% (SALANDÍA, 2018).

O COMPERJ, apesar de poder contribuir para agregar valor ao petróleo brasileiro, não seria capaz de transpor o patamar instável das commodities na indústria petroquímica.

Figura 1 – Municípios do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro.



Fonte: AUTORES (2023).

O empreendimento, que mobilizou atividades econômicas no Leste Metropolitano, objetivava reduzir a dependência externa de derivados de petróleo. Todo aparato necessário à sua implementação dependia de bases estruturais portuárias e logísticas, levando à investimentos complementares, como construção do Arco Metropolitano, a reestruturação e ampliação do Porto do Rio de Janeiro, a construção do porto de carga pesada em São Gonçalo, vias de acesso, emissário de efluentes, adutora, infraestrutura dutoviária e linhas de transmissão, dentre outros investimentos (figura 2).

Figura 2 – Empreendimentos extramuros associados ao COMPERJ.



Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ (2016); PETROBRAS (2022).

As perspectivas em torno do aumento da demanda de bens e serviços a partir da implantação do COMPERJ, atreladas aos demais investimentos em curso, passaram a evidenciar o potencial de expansão para a economia local, atraindo outros investimentos comerciais, imobiliários e de serviços para os municípios em seu entorno. Para além dos reflexos proporcionados ao setor de construção civil e na infraestrutura viária, foram identificados impactos diretos na dinâmica urbana a partir da valorização fundiária e especulação imobiliária, motivadas pelo aumento da contratação de mão de obra e atração de moradores para Itaboraí e região, associados à construção de edifícios comerciais e residenciais (BRITTO, et al., 2017).

A partir de 2014, o cenário de expectativas promissoras começou a mostrar sinais maiores de deterioração quando o país passou a “vivenciar um profundo ciclo contracionista, marcado por redução abrupta do crescimento econômico e desajuste fiscal” (SILVA & IRAZÁBAL-ZURITA, 2019, p. 360). A desaceleração econômica somada à crise política instaurada a partir dos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato, ao desajuste fiscal e à queda do valor das commodities e do recebimento dos royalties, afetou diretamente os investimentos direcionados ao COMPERJ, paralisando suas obras em 2015 por tempo indeterminado. Parte fundamental do problema remonta à crise internacional decorrente da produção de gás de xisto pelos EUA, resultando na derrubada do preço no mercado mundial em 2008.

O empreendimento atualmente não apresenta a mesma grandiosidade proposta inicialmente. Em 2020 o COMPERJ foi renomeado e passou a ser denominado Polo Gaslub, o atual empreendimento teve seu escopo reduzido para uma Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN. A estatal pôs em prática o Projeto Integrado Rota 3 e mantém no local obras para a construção de um gasoduto destinado ao escoamento do gás natural obtido no Pré-sal da Bacia de Santos até o Gaslub. O gasoduto Rota 3 possibilitará escoar e processar diariamente 21 milhões de m<sup>3</sup> de gás do Pré-sal (HABTEC MOTT MC DONALD, 2014).

Quanto aos empreendimentos extramuros associados ao COMPERJ, é preciso “destacar que as possibilidades de novos usos desses espaços devem ter em conta que o projeto mudou, e que essas infraestruturas não terão as mesmas perspectivas que teriam com o desenvolvimento do COMPERJ” (OLIVEIRA, 2022, p. 4). A implantação do Polo Gaslub, apesar de não carregar expectativas tão amplas quanto o COMPERJ, pode contribuir para dinamizar um setor estratégico importante na cadeia energética no Leste Metropolitano. O início de suas operações vem demonstrando atrasos em sua conclusão em decorrência dos desequilíbrios financeiros e dificuldades de pagamentos de fornecedores, postergando o cronograma e estimando o início das operações para 2024.

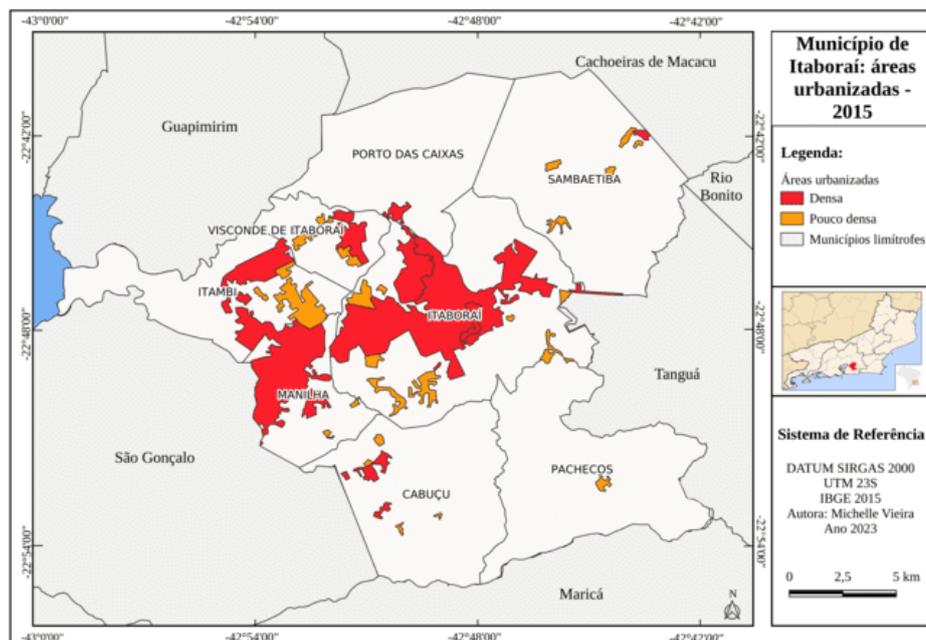
### 3.2.1 O município de Itaboraí sob a ótica dos (des)investimentos produtivos

O município de Itaboraí, localizado há 45 quilômetros da capital do estado, possui extensão territorial de 429,961 km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 5,7% da área da Região Metropolitana. Sua área urbanizada corresponde a 92,81 km<sup>2</sup>, porém, somente 10,6% de suas vias públicas, é pavimentada. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2022), o município apresenta população de 224.267 habitantes, ocupando a 13ª posição no estado. Os dados evidenciaram um crescimento populacional de 2,97% em relação ao Censo de 2010, tendo registrado uma densidade demográfica de 521,60 hab./km<sup>2</sup>.

A decisão locacional para abrigar o COMPERJ, para além de interesses políticos, considerou a disponibilidade de infraestrutura logística viária; a proximidade com outras petroquímicas; a disponibilidade de mão de obra; a carência de água, vista como oportunidade para a construção de soluções técnicas, dentre outras carências apresentadas em seu território. Por outro lado, desconsiderou impactos de suas atividades dada à proximidade de áreas de preservação ambiental, dos locais tradicionais de cultivo e a desterritorialização das comunidades que estavam em seu entorno.

Através do COMPERJ, novas dinâmicas urbanas redefiniram o uso do território a partir dos investimentos materializados no município de Itaboraí, provocando uma série de transformações como o aumento do fluxo, da concentração populacional e da inserção de novos agentes dinamizadores e controladores do espaço. Essas transformações estão vinculadas em grande parte ao mercado imobiliário, ao projetar a cidade como um espaço em ascensão. O processo de urbanização que se estabeleceu com a chegada do empreendimento não ocorreu de modo uniforme, resultando em um padrão urbano com características desiguais. O crescimento da área urbanizada em Itaboraí entre os anos 2000 e 2010 foi de 16,68%, incremento que, com o passar do tempo, foi modificando a paisagem do município (BIENENSTEIN, et al., 2018). Considerando o mapeamento do processo de ocupação, verifica-se que em 2015, as áreas de maior urbanização, eram mais circunscritas à área central, em paralelo às principais vias da cidade, sobretudo nos distritos de Itaboraí (sede) e de Manilha. Comparando com o ano 2019, houve uma intensificação da urbanização direção ao COMPERJ e às áreas centrais do município, o que conformou uma nova fronteira de urbanização, aumentando as demandas por serviços e infraestrutura (figuras 3 e 4).

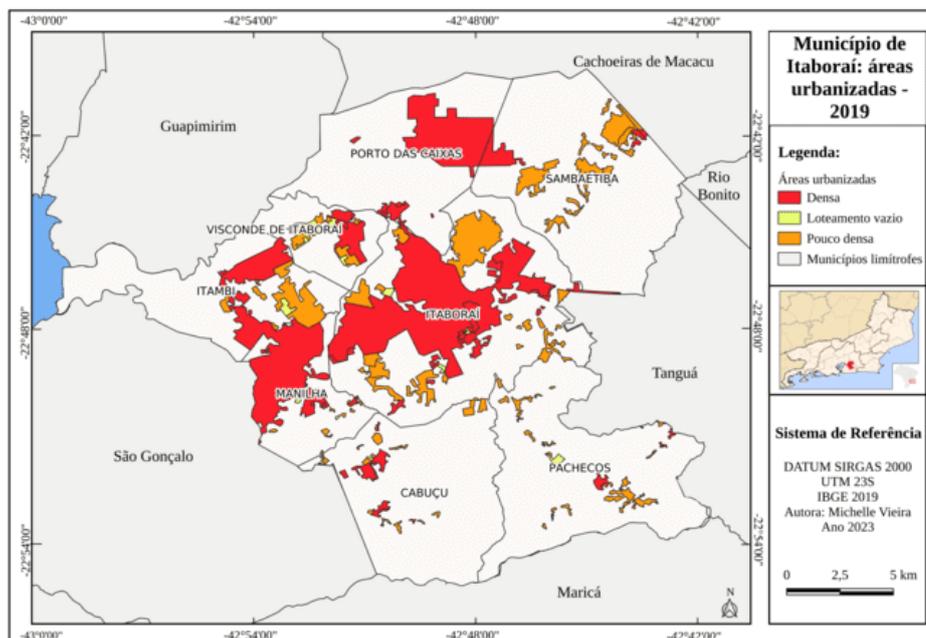
Figura 3 – Mapa de áreas urbanizadas, Itaboraí, RJ, em 2015.



Fonte: Autores (2023).

Como evidência dessa problemática urbana, destacam-se a expansão e o aumento do número de assentamentos precários no município de Itaboraí, intensificando as contradições socioespaciais já existentes ao evidenciar fragilidade das condições de moradia das populações mais pobres. Segundo o Ministério das Cidades (2011), os assentamentos precários e irregulares compreendem áreas de ocupação informal que, além de forte adensamento populacional, apresentam problemas legais quanto à posse da terra, problemas urbanísticos, situações de risco, precariedade de moradias, falta de saneamento básico e de serviços e equipamentos públicos, bem como a ocupação de áreas desfavoráveis.

Figura 4 – Mapa de áreas urbanizadas, Itaboraí, RJ, em 2019.



Fonte: AUTORES (2023).

De acordo com Bienenstein, et al. (2018) “entre 2000 e 2010, os 29 assentamentos populares precários existentes em Itaboraí aumentaram 12,89% em área e 79,16% em número de unidades”, evidenciando uma forte tendência de informalidade no município. Esses assentamentos foram se expandindo na periferia da área urbanizada em locais onde o capital imobiliário não tem interesse, e cuja precariedade não favorece a ocupação (figura 5).

Figura 5 – Assentamento precário às margens do Rio Goianã, em Manilha, Itaboraí – RJ.



Fonte: AUTORES (dez. 2022).

A condição apresentada no município demonstra que são nas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas desvalorizadas, que a população mais pobre passa a ocupar. “A maior tolerância e condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano vem dos governos municipais, aos quais cabe a maior parte da competência constitucional de controlar a ocupação do solo” (MARICATO, 2003, p. 157).

E desse modo, a informalidade na ocupação dos espaços urbanos precários, atrelada à ausência de alternativas de moradia, se perpetua. Estabelece-se, diante disso, um cenário de exclusão que corrobora para a deterioração da base material de reprodução social posto que a eficiência da gestão urbana se encontra, por vezes, desvinculada dos instrumentos de regulamentação e planejamento dos espaços. “O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns...” (MARICATO, 2013, p. 125).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

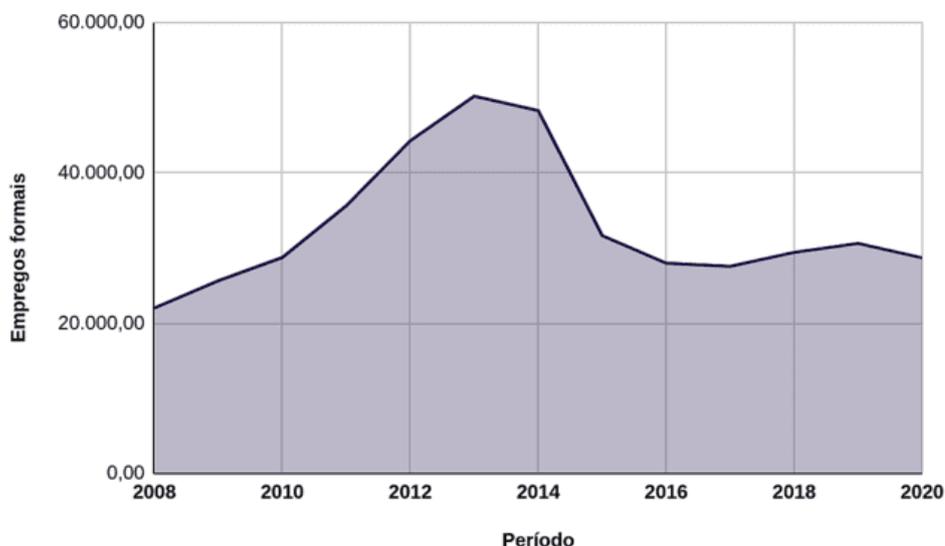
Dado o potencial de crescimento econômico, GPI's geralmente envolvem a alocação de recursos substanciais para a construção de infraestrutura, expansão de indústrias e desenvolvimento de setores econômicos específicos, o que leva à grandes expectativas quanto à geração de empregos diretos e indiretos. Conforme apontado pelo Chefe de Gabinete, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Na época que o COMPERJ estava funcionando a pleno vapor gerou muitos empregos, elevou a qualidade de vida na nossa população né,[...] muitos alugaram casas melhores né, saíram das suas casas para alugar apartamentos aqui no centro (Informação verbal, 12 de setembro de 2022).

Em 2015, o Produto Interno Bruto – PIB do município registrou um decréscimo de 14,65% em relação ao ano anterior. Já em 2020, o PIB foi de cerca de R\$ 5,42 bilhões, evidenciando um incremento de 9,82% em relação a 2019 (TCE/RJ, 2021). Quando o PIB decresce, geralmente, se verifica menor produção de bens e serviços, levando à redução do número de empregos e aumento da informalidade. A diminuição da demanda agregada leva à queda do consumo, da produção e, conseqüentemente, pressiona os recursos públicos, gerando déficits orçamentários.

A deterioração dos níveis formais de emprego também foi observada por SOBRAL (2015) e SILVA; IRAZÁBAL-ZURITA (2019). Em 2015, a redução do número de empregos formais foi de 34,45% em relação ao ano anterior. Considerando os períodos posteriores, a redução foi de 9,36% nos últimos 6 anos de análise (figura 6).

Figura 6 – Gráfico sobre emprego formal, Itaboraí – RJ (2008 – 2020).



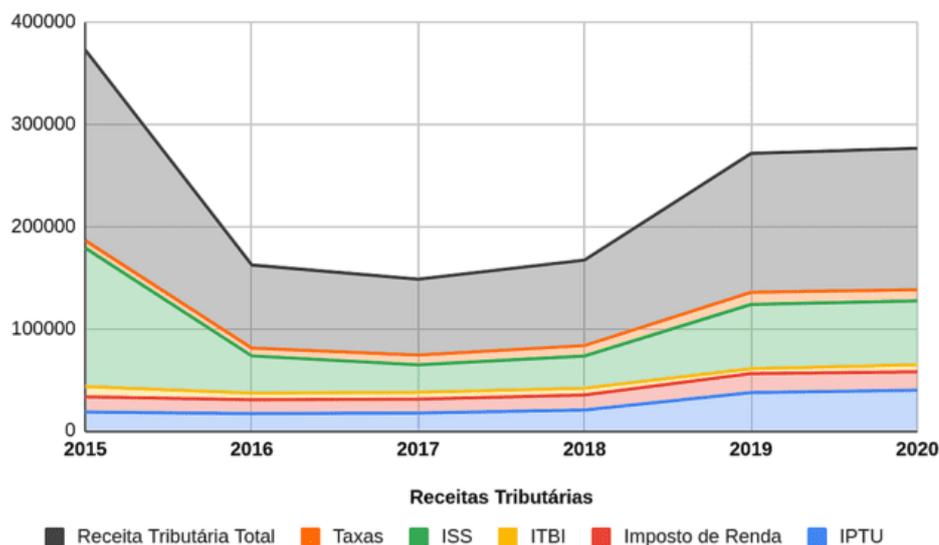
Fonte: AUTORES, conforme dados do TCE/RJ (2021).

Analisando a receita total de 2020, o município experimentou uma arrecadação de R\$ 644.913 milhões, ocupando a 18ª posição no estado, excluindo a capital. Cerca de 98% de suas receitas correntes servem ao custeio da máquina administrativa. Das receitas vinculadas ao petróleo, o município obteve 4% de sua receita corrente total, cerca de R\$ 108,62 por habitante em 2020, 87ª posição no estado. A carga tributária per capita de R\$ 570,27 ocupa a 30ª posição, sendo R\$ 164,67 em IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e R\$ 257,78 em ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). Quanto ao grau de dependência em relação às transferências financeiras do estado e da União, além dos royalties e participações especiais na produção de petróleo, o município de Itaboraí apresentou um percentual de 70% da receita total (TCE/RJ, 2021).

Dados do TCE-RJ (2021) apontaram que em 2016, ano seguinte após a desmobilização do COMPERJ, a receita realizada no município de Itaboraí, que representa de fato o quanto foi recebido pela gestão pública após o efetivo pagamento ou recolhimento do valor, diminuiu 20,16%. Analogamente, a despesa realizada, aquela referente ao gasto previsto no orçamento público para custear serviços e investimentos, teve uma redução de 32,23% no município. Já em 2020, a receita realizada teve um aumento de 8,95% e a despesa realizada aumentou 9,53%, em relação a 2019.

A receita tributária, por sua vez, teve uma redução de 26% entre 2015 e 2020. A evolução desse índice foi afetada pela diminuição na arrecadação de 31% do ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de 54% do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no referido período. Houve também aumento de 115% do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Rural e Territorial Urbana, de 22% do Imposto de Renda retido na fonte e de 48% das taxas (figura 7).

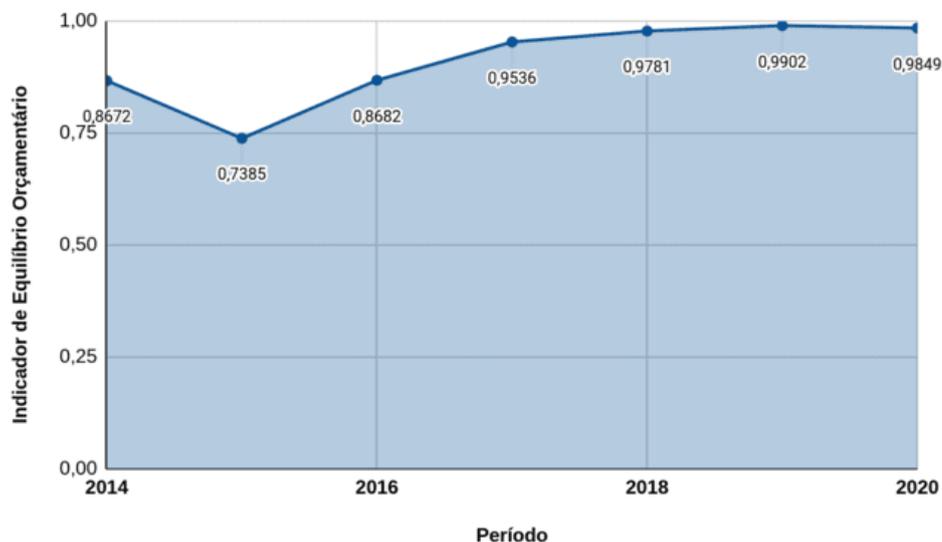
Figura 7 – Gráfico sobre receitas tributárias, Itaboraí, RJ. A receita tributária corresponde ao esforço realizado pelo ente federativo municipal em arrecadar tributos de forma direta, acrescido do Imposto de Renda, não se levando em consideração quaisquer outras transferências.



Fonte: AUTORES, conforme dados do TCE/RJ (2021).

Analisando o Indicador de Equilíbrio Orçamentário, variável que demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada, referente ao ano 2020, verifica-se que a interpretação do mesmo evidencia que há R\$ 98,49 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, o que demonstra déficit de execução. Desse modo, a evolução do índice nos exercícios anteriores demonstra desequilíbrio orçamentário no período de 6 anos da análise (figura 8). Tal aspecto afeta diretamente as contas públicas levando ao desequilíbrio orçamentário municipal, ao comprometer a disponibilidade de recursos para construção e manutenção de infraestruturas e oferta de bens e serviços à sociedade.

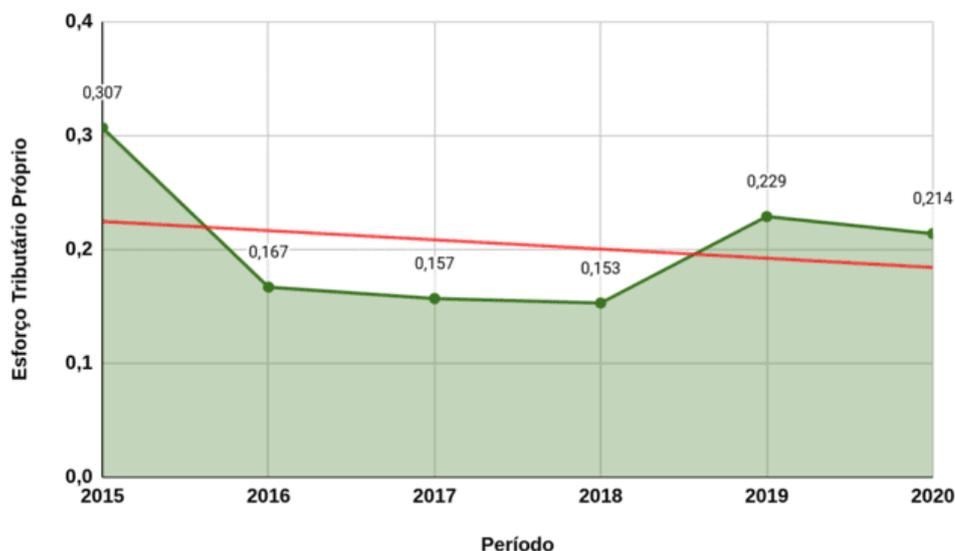
Figura 8 – Gráfico sobre Equilíbrio Orçamentário, Itaboraí, RJ. O Indicador de Equilíbrio Orçamentário permite o acompanhamento das despesas fixadas em relação à receita prevista. O valor inferior a 1 indica déficit orçamentário na execução e movimentação financeira.



Fonte: AUTORES, conforme dados do TCE/RJ (2021).

De acordo com Vieira, Ávila e Lopes (2020), a eficiência fiscal municipal está relacionada às características de sua base tributária, que condiciona o processo de desenvolvimento local, e às externalidades derivada das receitas provenientes das transferências intergovernamentais. Desse modo, analisando o Indicador de Esforço Tributário Próprio, que detalha receitas provenientes de impostos e tributos, despesas do governo municipal, além do IPCA e PIB per capita, é possível comparar o esforço tributário que o município realiza para arrecadar tributos próprios em relação ao total das receitas arrecadadas. Verifica-se que os recursos financeiros gerados em detrimento da atividade tributária própria do município de Itaboraí representaram cerca de 21,4% da receita total, em 2020, tendo sido observado uma redução de 30,29% no período analisado (figura 9).

Figura 9 – Gráfico sobre Esforço Tributário Próprio, Itaboraí, RJ. A evolução do Esforço Tributário Próprio no município de Itaboraí, demonstra uma redução do seu esforço fiscal a partir de 2015.

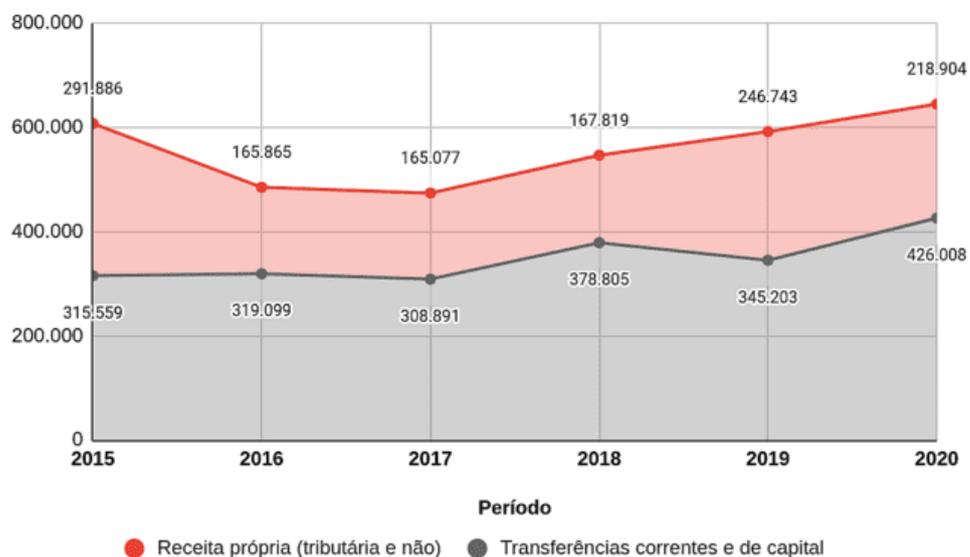


Fonte: AUTORES, conforme dados do TCE/RJ (2021).

Estudos realizados por Ribeiro (2012), Massardi; Abrantes (2015), Siqueira, et al. (2016); Lopes; Vieira, (2019) dentre outros, evidenciam uma correlação negativa entre o esforço tributário próprio e as transferências intergovernamentais. Dessa forma, a literatura aponta que os municípios dependentes de elevada concentração de receitas de transferências tendem a reduzir seu esforço de arrecadação própria. Dados do TCE/RJ (2021) mostraram que em 2020, a receita de transferências representou cerca de 66,1% do total da receita do município. Caso as receitas de royalties fossem incorporadas, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2020, elevaria para 70,1% (figura 10).

O indicador reforça o declínio da autonomia financeira do município, evidenciando queda de 26% na receita tributária contra 7% de redução das despesas correntes, em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de royalties e participações governamentais os quais foram incluídos na receita própria e representaram R\$ 26,3 milhões no ano 2020.

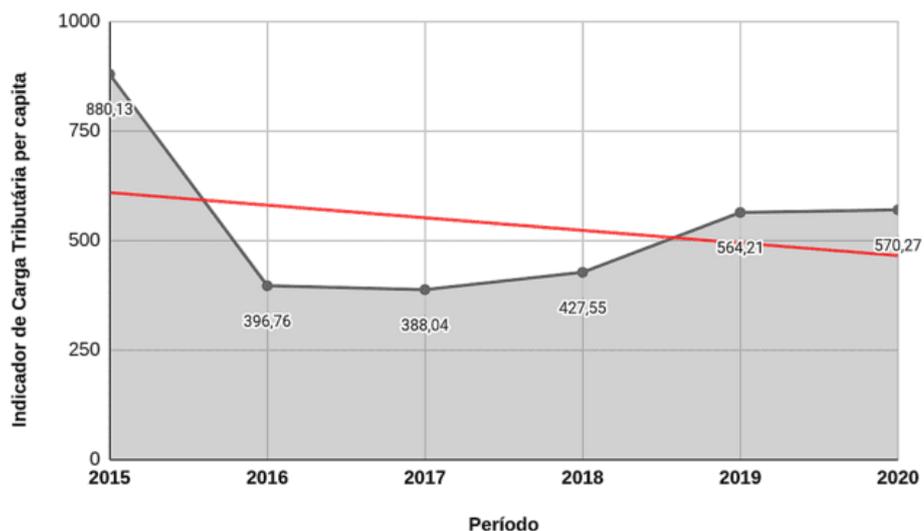
Figura 10 - Comparativo entre transferências correntes de outros entes e receita própria, Itaboraí, RJ.



Fonte: Autores, conforme dados do TCE/RJ (2021).

De acordo com o TCE-RJ (2021), entre os anos 2015 e 2020, a carga tributária per capita no município de Itaboraí, que representa as contribuições expressas em valores correntes de cada habitante para o fisco municipal, variou entre R\$ 880,13 e R\$570,27 (figura 11). Esse indicador representa os recursos próprios obtidos pelo município, mediante a receita tributária somada aos valores cobrados da dívida ativa e dividida por habitante. Dessa forma, no período analisado, o município teve uma redução da contribuição individual de tributos em 35,21%, o que também pode ser reflexo da queda dos rendimentos da população.

Figura 11 – Gráfico sobre Carga Tributária per capita, Itaboraí, RJ. Evolução da carga tributária per capita no período de 2015 a 2020.



Fonte: AUTORES, conforme dados do TCE/RJ (2021).

Nesse sentido, conforme apontou o Secretário Municipal de Planejamento de Itaboraí, durante entrevista realizada em fevereiro de 2023,

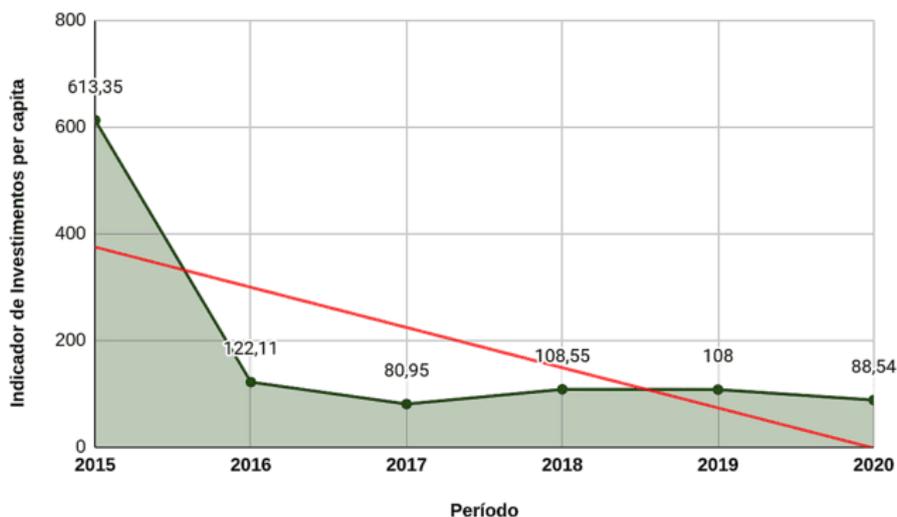
“Na verdade, a expectativa que se criou em torno do COMPERJ foi assim, de aumento de arrecadação expressiva. E você vê lá em 2015 e, principalmente, em diante o declínio daquela projeção, lembra? Você tem uma expectativa de arrecadar muito grande e você não alcança e aí quando você não alcança, você tem que segurar as suas despesas” (Informação verbal, 03 de fevereiro de 2023).

A arrecadação de impostos e outras receitas locais constitui a principal fonte de financiamento para uma ampla variedade de serviços públicos e investimentos sociais. Quando essa arrecadação diminui, a gestão pública municipal passa a enfrentar desafios importantes para manter ou expandir esses investimentos, além de ter que equilibrar orçamentos restritos com a prestação de serviços sociais essenciais. Para o Secretário de Planejamento:

“O desafio é, na verdade, aumentar a arrecadação pra que aumentada a arrecadação, a gente dispor de mais recursos pra poder investir mais na cidade [...] e o nosso orçamento ano passado foi de R\$ 750 milhões, a gente acabou arrecadando um pouco mais. Esse ano não chega a R\$ 1 bi, mas ainda assim se você for avaliar o recurso que a gente tem livre e disponível pra investir, ele continua muito parecido com o do ano passado, aqui a gente tá aumentando arrecadação de repasse de recurso federal, aumentou repasse de recurso estadual, e aí são outras fontes que a gente tem que utilizar, especificamente para essa finalidade” (Informação verbal, 03 de fevereiro de 2023).

No que tange aos investimentos per capita, indicador que demonstra o quanto os investimentos públicos representariam em benefícios diretos e indiretos para os habitantes do município, verifica-se que a partir de 2015, o indicador apresentou uma queda abrupta, passando de R\$613,35 para R\$188,54 em 2020, o que indica uma redução de 85,56%. Dessa forma, se considerarmos que em 2015 cada habitante contribuiu para a carga tributária com o valor de R\$880,13, o valor de R\$613,35 representaria que 69,69% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos. Já no ano de 2020, como a carga tributária per capita foi de R\$ 570,27 e os investimentos per capita foram de R\$ 88,54, significa que somente 16% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos (figura 12).

Figura 12 - Gráfico sobre Investimentos per capita, Itaboraí, RJ.



Fonte: AUTORES, conforme dados do TCE/RJ (2021).

A perda de investimentos públicos pode ter um impacto negativo significativo na economia municipal, afetando a infraestrutura, a atratividade para empresas e população, o emprego local e a qualidade de vida. Dados do TCE-RJ (2021) apontaram que o grau de investimento no município variou entre 0,231 e 0,033 entre 2015 e 2020. O indicador avalia a contribuição da receita total na execução dos investimentos e serve como um parâmetro de segurança para investidores. Dessa forma, no ano de 2015 os investimentos públicos corresponderam a 23,1% da receita total do município. Já, no ano de 2020, os investimentos públicos representaram apenas 3,3%, o que indica uma perda de 85,71% dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município de Itaboraí nos últimos 6 anos (figura 13).

Figura 13 – Gráfico sobre Grau de Investimento, Itaboraí, RJ. A restrição de investimentos se dá de modo a não comprometer a liquidez mediante a utilização de recursos de terceiros ou custeio da máquina administrativa, pois, 98% das receitas correntes estão comprometidas com despesas de custeio. Esse quociente diminuiu entre 2015 e 2020.



Fonte: AUTORES, conforme dados do TCE/RJ (2021).

Os resultados até então apresentados mostraram uma deterioração da capacidade de resposta e superação da crise econômica e às necessidades da população. As políticas públicas são o principal mecanismo de promover acesso a direitos sociais, fundamentais para a qualidade de vida. Porém, o Secretário de Planejamento pontuou que:

“Na verdade, como você pode perceber e que o próprio Tribunal de Contas do Estado já evidenciou, foi o impacto negativo da não implementação do projeto como um todo no âmbito da cidade. A gente tá recuperando agora o orçamento de 10 anos atrás, isso sem contar a correção monetária e a inflação. Então, já era para o município estar arrecadando muito mais do que se previu, se tivesse concluído com êxito aquele projeto inicial que se buscava implementar ou pelo menos, parte dele, e isso acaba impactando nas ações sociais, isso acaba impactando no que a gente pode estar entregando à população” (Informação verbal, 03 de fevereiro de 2023).

Sobre a situação socioeconômica do município de Itaboraí após o declínio do COMPERJ e as perspectivas futuras a partir do Polo Gaslub, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, em entrevista, afirmou:

“Acho que hoje o maior desafio do município é tentar recuperar o tempo perdido com a não concretização do COMPERJ, é tentar trazer aí para a população um desenvolvimento na geração de empregos, fazer com que a cidade possa receber o Polo Gaslub que está para se instalar, [...] o maior desafio é conseguir tornar realidade a promessa que tem de investimentos hoje da Petrobras” (Informação verbal, 15 de fevereiro de 2023).

O declínio do projeto resultou na perda de muitos empregos, afetando diretamente a população local. Ademais, muitas empresas que operavam fornecendo bens e serviços para o empreendimento também sofreram com a diminuição de suas demandas. A desaceleração levou à desvalorização do mercado imobiliário na região, afetando a população e os investidores, impactando ainda mais o município.

## 5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento territorial, sob a lógica de investimentos produtivos, adquiriu um caráter espacial, na medida em que o Leste Metropolitano do RJ e, em especial, o município de Itaboraí, almejavam, em maiores proporções, “conquistar reconhecimento político junto aos governos centrais, rompendo amarras orçamentárias, repasse de verbas dentro do critério da proporcionalidade e priorização de áreas para investimentos dos recursos públicos” (CAMAZ, 2017, p. 105). Todavia, o crescimento econômico, que poderia ter sido atingido, apresentava potencialidade, desde que integrado a políticas públicas, capazes de contribuir para a redução das disparidades sociais (TUNES; LENCIONI, 2022).

A não consolidação do COMPERJ revelou uma fragilidade institucional para administrar políticas públicas associada à inadequação ou ineficácia das instituições governamentais em planejar, implementar e monitorar políticas públicas de forma eficiente e eficaz. A redução do escopo do empreendimento e o desequilíbrio nos indicadores financeiros analisados, impactaram os recursos disponíveis para a administração pública municipal, o que pode resultar em subinvestimentos em áreas sociais consideradas críticas, como saúde, educação e infraestrutura.

As perspectivas futuras em relação ao Polo Gaslub dependem em grande parte da sua conclusão e da capacidade em se adaptar às mudanças no mercado, investir em tecnologias mais limpas e sustentáveis, e explorar oportunidades de crescimento tanto no mercado interno quanto no internacional. A indústria petroquímica é dinâmica e sujeita a flutuações, mas continua sendo uma parte importante da economia brasileira e global. Dessa forma, a concretização do Polo Gaslub e sua operação plena continuam a ser um tema de debate e incerteza, cujo sucesso dependerá da sua gestão, financiamento e da capacidade de superar os desafios existentes. A história do projeto reflete a complexidade do setor de energia e petróleo e as dinâmicas econômicas e políticas que envolvem empreendimentos industriais de grande porte.

## Large investment projects as a development strategy in the Metropolitan East of RJ

### ABSTRACT

The construction of the Rio de Janeiro Petrochemical Complex – COMPERJ in the municipality of Itaboraí, was undertaken as a strategy for productive diversification, urban improvements in the Metropolitan East and economic recovery of the state, but succumbed to the political-economic crises that followed. Based on this assumption, the article analyzes the territorial effects of the non-consolidation of this project and its effects on the economic performance of the municipality of Itaboraí, the territory most affected by its decline. From a methodological point of view, secondary data from the RJ Court of Auditors was used from 2015 to 2020, in addition to primary data obtained from semi-structured interviews carried out with municipal public management. The results showed a picture of economic stagnation, with deterioration in financial indicators, revealing the risks of investing in large projects as a mechanism for promoting social development. Furthermore, it highlights the need to think about its current structures and the challenges imposed by the logic of the capitalist accumulation system in light of its reflections in these spaces.

**KEYWORDS:** GPI's. COMPERJ. Metropolitan East. Development.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. A “memória técnica” das grandes barragens: considerações sobre a aplicação da noção de memória a fatos técnicos. *Novos estudos Cebrap*, v.38(2), 389-408, 2019. <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900020007>.

ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. *Terra Livre*, 34, 1(52), 190-233, 2019.

BIENENSTEIN, R.; BIENENSTEIN, G.; GALVÃO, D.; DRUMOND, R. Urbanização nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí: impactos a partir de um grande projeto regional. In: Binsztok, J. & Barbosa, J. L. (Orgs.). *Modernização Fracassada: Dossiê Comperj*, 2018, 200 p. Rio de Janeiro: Consequência/FAPERJ.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos impactos. *Geografares*, [S. l.], 2, 2001. Recuperado em 09/09/2022, de <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1140>.

BRANDÃO, C. A. Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. In: Neto, A. M.; Brandão, C. A.; Saverian, D.; Macedo, F. C.; Camargo, K.; Porto, L. R.; Colombo, L. A.; Silva, R. O. & Carmo, R. L. (Orgs.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 151-186, 2020.

BRITTO, J.; GUANZIROLI, C. E.; RIBEIRO, D.; MACHADO, C. C.; NOGUEIRA, F. C. Grandes projetos, mercado de trabalho e condições de renda e pobreza de regiões impactadas: uma análise do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). In: *Estudios económicos*, (68), 3-38, 2017.

CAMAZ, F. R. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): implicações socioambientais e a fragmentação do licenciamento. (Tese de Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2017.

CRUZ, J. L.; TERRA, D. Petróleo e porto no norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Eure (Santiago)*, 46(139), 189-208, 2020. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612020000300189>.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

HABTEC MOTT MAC DONALD. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Gasoduto Rota 3. Revisão 3, 2022. Recuperado em 21/09/2022, de <https://pnla.mma.gov.br/publicacoes-diversas?download=29:rima-relatorio-de-impacto-ambiental-atividade-de-producao-e-escoamento-de-petroleo-e-gas-natural-do-polo-pre-sal-da-bacia-de-santos-etapa-3&start=20>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JESUS, J. A.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da teoria dos polos de crescimento: revisitando Perroux. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano XVII (2), 935–952, 2015. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v17i32.4204>.

LAURELLI, E. Los grandes proyectos: estrategias de desarrollo y transformación del territorio. In: Rofman, A. (Coord.) *Los grandes proyectos y el espacio regional. Presas hidroeléctricas y el sistema decisional. Cuadernos del CEUR*, (19), Buenos Aires, Centro de Estudios Urbanos y Regionales, 131-155, 1987.

LIMA/COPPE/UFRJ - Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente do Programa de Planejamento Energético da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Reavaliação Ambiental Estratégica da Área de Abrangência da Baía de Guanabara e Região do Entorno do COMPERJ. Rio de Janeiro: Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente, 2016.

LOPES, R. P. M.; VIEIRA, O. H. P. Esforço Fiscal e ônus político: uma análise do desempenho dos municípios baianos na arrecadação do IPTU. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Administração Pública*, Salvador, 2019.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Os arranjos institucionais dos investimentos em infraestrutura no Brasil: Uma análise sobre seis grandes projetos do Programa de Aceleração de Crescimento. (2253), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, 2016.

MALHEIRO, B.; CRUZ, V. C. A geografia das ruínas e dos territórios de exceção: uma leitura a contrapelo dos grandes projetos de des-envolvimento. In: Silva, M. A. P.; Miranda, R. R.; Amaral, M. D. B.; Suzuki, J. C. & Araújo, G. C. C. (Orgs.). *Por outras regiões, para outras Amazônia: cidades, geopolítica da mineração e lutas por território*. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, UNIFESSPA, PPGeo/Ufpa, LERASSP, 2023.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos avançados*, 17(48), 2003.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, O.; Maricato, E. & Vainer, C. (Orgs.). A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARTINS, G. R. Grandes Projetos de Investimento e produção do espaço fluminense – notas sobre a instalação do Porto do Açú em São João da Barra – RJ. Boletim Petróleo, royalties e região – Campos dos Goytacazes, RJ, XIV (55), 27-29, 2017.

MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: Um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. REGE Revista de Gestão, 22(3), 295-313, 2015.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Básico. Proposta de Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB. Brasília, 2011. Recuperado em 05/08/2023, de <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab>.

OLIVEIRA, F. J. G. Uma agenda para o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, 22, Ed. Especial, 2022.

PETROBRAS INFORMA. Informativo da Petrobras na região Leste Fluminense, 2022. Recuperado em 15/04/2023, de <https://petrobras.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8AE99E8B84E7B6BF01862C28B6F81E84>.

RIBEIRO, C. P. P. Reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre o Controle e a Transparência na Gestão Pública Municipal em Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa – MG, 2012.

SALANDÍA, L. F. V. A implantação do Comperj e os desafios da gestão territorial nos municípios do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. In: Binsztok, J. & Barbosa, J. L. (Orgs.). Modernização Fracassada: Dossiê Comperj. 1 ed., Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, R. D. Petróleo e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro: uma relação a ser repensada. Boletim regional, urbano e ambiental, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, (16), 39-45, 2017.

SILVA, R. D.; IRAZÁBAL-ZURITA, C. E. Boom, burst e doom: o complexo petroquímico do Rio de Janeiro como catalisador do desenvolvimento urbano-regional. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais. São Paulo, 21 (2), 2019.

SIQUEIRA, K. J. S. P., LIMA, R. C. A.; PAES, N. L. Eficiência na administração tributária dos municípios: O caso da arrecadação em Pernambuco. Revista Brasileira de Economia de Empresas, 16(2), 97-120, 2016.

SOBRAL, B. L. B. O necessário, o possível e o impossível: uma leitura do papel das políticas públicas diante dos limites à coordenação de grandes investimentos na periferia metropolitana fluminense. Texto para Discussão, (2154), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Rio de Janeiro – Itaboraí. Subsecretaria de Planejamento, 2021. Recuperado em 09/08/2023, de [https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos\\_socioeconomicos](https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Missão, visão e valores, 2023. Recuperado em 10/09/2023, de <https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/missao>.

TUNES, R.; LENCIONI, S. O sonho fracassado dos investimentos produtivos Infraestrutura da cadeia do petróleo e gás no Rio de Janeiro como principal expressão das deseconomias metropolitanas. In: Ribeiro, L. C. Q. & Ribeiro, M. G. (Org.). Reforma urbana e direito à cidade. 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

VAINER, C. B. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. S. Margulis. (Org.). Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos, Brasília: IPEA/PNUD, 179-211, 1990.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.9(1), 9-23, 2007. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p9>.

VAINER, C. B. Os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos? In: Ferreira, A. P.; Vainer, C. B.; Neto, H. P. & Santos, M. O. (Orgs.). A Experiência Migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro, Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, 1992.

VIEIRA, M. A.; ÁVILA, L. A. C.; LOPES, J. V. S. Desenvolvimento socioeconômico e eficiência tributária: uma análise dos municípios de Minas Gerais. Revista Universo Contábil.

**Recebido:** 03 nov. 2024.

**Aprovado:** 27 nov. 2024.

**DOI:** 10.3895/rbpd.v14n2.17683

**Como citar:** VIEIRA, M. C.; BORGES, M. S. Grandes projetos de investimento como estratégia de desenvolvimento no Leste Metropolitano do RJ. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 14, n. 02, p. 342-368, mai./ago. 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Michelle do Carmo Vieira

Av. Governador Roberto Silveira s/nº - Moquetá, Nova Iguaçu – RJ

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

